

# Software Livre: Mais que uma opção, um direito do(a) estudante

## 0.1 Apresentação

UNELivre. Esse movimento surgiu da cabeça maluca de dois ex-diretores da Executiva Nacional dos Estudantes de Computação (ENEC) no último CONUNE. O objetivo era colocar a defesa do Software Livre e do livre acesso a informação como uma das bandeiras prioritárias da UNE. Nós propusemos a criação e conseguimos assumir a primeira gestão da nova Diretoria de Inclusão Digital. Durante toda essa gestão, o ME de todo o País começou a ter consciência de que esse tema é horizontal e tem a ver com o aprendizado e a com a carreira de todas as áreas. Apesar disso, esse é um debate que ainda está engatinhando no ME. E nós estamos aqui para trazer novos temas e chamar os(as) estudantes de todo país e os(as) delegados(as) ao 50º Conune a defender esse ideal.

## 1 O que é Software Livre?

O termo Software Livre se refere à liberdade que o usuário tem de executar, distribuir, modificar e repassar as alterações sem, para isso, ter que pedir permissão ao(à) autor(a) do programa.

Pode ser definido mais claramente pelas quatro liberdades defendidas pela Free Software Foundation para os usuários de software:

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (educacional, comercial, lazer);
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa beneficiar o próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

Um programa de computador será considerado livre se todos os seus(suas) usuários(as) tiverem essas quatro liberdades. Notem que os quatro itens acima não fazem nenhuma referência a custos ou preços. O fato de se cobrar ou não pela distribuição ou de a licença de uso do software ser ou ser não gratuita não implica diretamente o software ser livre ou não. Nada impede que uma cópia adquirida por alguém seja revendida, tenha sido modificada ou não por esta pessoa. Nada impede, também, que as alterações feitas num software para uso próprio sejam mantidas em segredo. Ninguém é obrigado a liberar suas modificações, se não quiser. Porém, se escolher fazê-lo, é obrigado a distribuir de maneira livre. Essa é uma observação importante a se fazer, porque muitas pessoas (especialmente corporações) têm receio de usar software livre porque temem que seus “concorrentes” tenham acesso a informações e métodos de trabalho privados. As personalizações não têm que ser necessariamente distribuídas. A restrição é que, se elas forem distribuídas de alguma maneira, têm que manter as quatro liberdades descritas acima.

A liberdade de utilizar um programa significa a liberdade para qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, utilizar o software em qualquer tipo de sistema computacional, para qualquer tipo de trabalho ou atividade, sem que seja necessário comunicar ao desenvolvedor ou a qualquer outra entidade em especial. A liberdade de redistribuir deve incluir a possibilidade de se repassar tanto os códigos-fontes quanto os arquivos binários gerados da compilação desses códigos, quando isso é possível, seja o programa original ou uma versão modificada. Não se pode exigir autorização do autor ou do distribuidor do software para que ele possa ser redistribuído.

Richard Stallman, criador do movimento pelo Software Livre, fundador e presidente da Free Software Foundation <<http://www.fsf.org>>, diz, em inglês:

**Free as in free speech, not as in free beer.**

Ou seja, liberdade de expressão e não necessariamente de pagamento.

Para que seja possível modificar o software (para uso particular ou para distribuir), é necessário ter o código-fonte. Por isso, o acesso aos fontes é pré-requisito para esta liberdade. Caso ele não seja distribuído junto com os executáveis, deve

ser disponibilizado em local de onde possa ser copiado, ou deve ser entregue ao(à) usuário(a), se solicitado.

Só para ficar claro vamos explicar o que é esse “tal” de código-fonte. Para elaborar um programa de computador (*software*) os(as) programadores(as) escrevem arquivos que contêm instruções sobre o que o computador deve fazer em cada caso previsto; afinal trata-se de uma máquina que não toma decisões sozinha, apenas faz cálculos de acordo com a vontade do programador. O código-fonte passa por um processo chamado **compilação** que cria o programa pronto (também chamado de **binário**) a partir dele. Há também programas que são *interpretados*, isto é, lidos diretamente a partir do fonte, sem compilação de binários.

O que se conhece e usa é o *software* pronto, sem se preocupar com as instruções contidas nele. Quando o *software* é livre os fontes estão à disposição para qualquer um(a) alterar e compilar um novo programa, ou simplesmente para dar uma olhadinha. Para quem não trabalha com computação essa liberdade pode não fazer sentido, mas isso possibilita por exemplo que se façam auditorias para ter certeza de que não há falhas de segurança.

Também deve-se deixar claro que não é necessário ser *desenvolvedor* para ter acesso aos softwares livres. Muitos deles são feitos justamente para o público leigo, para que a humanidade toda tire proveito do trabalho de alguns milhares de programadores.

Para que essas liberdades sejam reais, elas têm que ser irrevogáveis. Caso o desenvolvedor do software tenha o poder de revogar a licença, o software não é livre.

## 1.1 Por quê usar Software Livre?

Para uma melhor compreensão dos motivos que cercam os usuários de Software Livre, vale lembrar a forma como ele surgiu e o que representa para a sociedade no contexto atual. O Software Livre surgiu baseado no conceito de liberdade, no qual as pessoas têm o direito garantido às quatro liberdades já mencionadas. Na visão filosófica do Software Livre, a liberdade não é um direito individual, mas um direito coletivo e por isso deve ser mantido e passado de pessoa para pessoa. Além disso, a premissa de qualquer projeto de Software Livre é a colaboração entre as pessoas interessadas, sem concentração de poder ou qualquer outro artifício que venha a ferir as liberdades já mencionadas.

Tendo em vista esse cenário, podemos facilmente citar algumas das razões para se utilizar Software Livre:

- Poder utilizar o software para qualquer finalidade(educacional, comercial, lazer);
- Ter acesso ao código fonte e poder modificá-lo, sem quaisquer restrições;
- Poder copiá-lo e executá-lo em quantas máquinas desejar;
- Poder distribuí-lo, sem violar, é claro, essas liberdades a que todos têm direito;
- Ter o seu computador equipado com software de qualidade a um custo baixo ou nulo;
- Não ficar preso(a) às restrições impostas pelas licenças de softwares proprietários;
- Não ficar dependente de novas versões com preços abusivos que eventualmente apresentam incompatibilidades com versões antigas;
- Não ser vítima da obsolescência programada, que força a aquisição de *hardware* em ritmo mais acelerado para acompanhar a evolução dos *softwares*, resultando inclusive em impactos ambientais;<sup>1</sup>
- Não ficar dependente de um único fornecedor;
- Ficar livre da pirataria;
- Incentivar o desenvolvimento de tecnologia local de forma descentralizada, não apenas no Brasil;
- Interagir e compartilhar soluções com sua comunidade, seja física ou virtual;
- Lutar contra o monopólio de grandes corporações que tentam se apropriar do conhecimento intelectual coletivo para benefício próprio.

---

<sup>1</sup>Para mais detalhes sobre como o *software* livre pode ajudar na preservação ambiental, de acordo com o lema “Reduzir, reutilizar e em último caso mandar para reciclagem”, consultar [www.metareciclagem.org](http://www.metareciclagem.org) e <http://www.griot.ourproject.org/crj>

Infelizmente, um fator que dificulta o avanço do *software* livre é a pouca preocupação que se tem com a pirataria e o respeito à propriedade intelectual, especialmente em países subdesenvolvidos. “Por que eu vou me preocupar com preço se posso adquirir determinado programa por *dé real*?” Ou ainda “Eles roubaram a patente do brasileiro que inventou o Bina, vamos roubar algo deles também!”, “Já que o preço é escorchantemente e impossível de pagar vamos piratear mesmo, pra quê essa frescura de ir pro livre?”, numa atitude que parece acomodada e vingativa nos primeiros exemplos e que no último pode até remeter à desobediência civil ghandiana; mas no final das contas favorece quem vive de *software* proprietário. Afinal a “vista grossa” feita por eles faz com que muita gente ainda os use em casa e nas escolas, ficando condicionados(as) a eles e indo para a sociedade e o mercado de trabalho sem saber que existe vida fora deles.

Muitas universidades públicas e particulares fazem acordos com empresas de *software* proprietário para equipar seu parque de máquinas com um preço mais baixo por licença instalada. Aparentemente é um ótimo negócio, e essa empresa “paga uma de” responsável socialmente e de que investe na educação. Mas a estratégia é justamente fazer com que os(as) alunos(as) fiquem bitolados(as) e sejam lançados(as) no mercado de trabalho e na sociedade sem saber que existe outra coisa.

Em algumas universidades há alunos(as) de diversas regiões do País e até mesmo do exterior. Entrar numa delas é uma experiência interessante, por poder conviver com diversas realidades culturais. Quem é de Presidente Prudente por exemplo pode ter passado a vida toda conhecendo apenas QBoa, aí encontra alguém de Rio Claro que só viu gente lavar roupa com Varek. Aí essas pessoas percebem que não existe apenas QBoa, Varek e Cândida; o que existe é *hipoclorito de sódio*, *água sanitária*. Que existe iogurte, glutamato, refrigerante sabor cola, amido de milho; que são costumeiramente chamados pelas suas marcas mais famosas. As empresas de *software* proprietário fazem o mesmo: fazer as pessoas imaginarem que computador é sinônimo de computador com determinados *softwares* proprietários instalados.

Já que o presidente Lula faz às vezes algumas metáforas e analogias envolvendo futebol e o povo entende bem, vamos aproveitar que um dos signatários desta tese é engenheiro mecânico e dar umas comparações com o automobilismo.

O *software* fechado/proprietário equivale a um táxi que se toma de olhos vendados. O taxista deixa-nos onde quisermos, mas não sabemos o caminho percorrido, ou se há outra maneira mais econômica/rápida/segura de fazê-lo.

Por não ser possível modificar e adaptar o *software* proprietário e o(a) usuário(a) ficar à mercê da boa vontade da empresa desenvolvedora; pode-se compará-lo a um automóvel com capô soldado. Um(a) engenheiro(a) que não seja dessa empresa não pode abrir o capô para ver como é o motor nem abaixar a suspensão ou o cabeçote, converter para álcool ou gás natural, colocar vidro escuro, esse tipo de coisa.

É interessante que a população reclamaria muito se essas coisas acontecessem no mundo automobilístico, mas não reclama quando acontece no mundo do *software*!

## 1.2 Programas Equivalentes

Existe uma infinidade de opções para os mais diversos tipos de programas de computador, quando a opção é utilizar somente software livre. E todo dia são lançadas novas versões e novos softwares.

Os softwares livres mais conhecidos são o Linux, OpenOffice.org que é um equivalente do Microsoft Office e possui excelentes programas de editoração de texto, planilhas e apresentações. Já o Mozilla Firefox é o mais famoso navegador livre. Confira no link abaixo a tabela de softwares equivalentes e instale-os no seu computador. A grande maioria deles possui versões para MS Windows e para GNU/Linux.

Tabela de Programas Equivalentes (atualizada constantemente):

<http://twiki.im.ufba.br/bin/view/PSL/MiniTabelaDeSoftwaresEquivalentes>

Muita gente confunde *software* livre com Linux. Linux é o *kernel* (cerne, miolo, a parte principal) de um sistema operacional (que é o conjunto de programas que basicamente faz a comunicação dos outros programas e das intenções do/a usuário/a com o *hardware*) livre chamado GNU/Linux. O sistema operacional GNU começou a ser desenvolvido em 1985 pela Free Software Foundation a partir do zero, sem pegar código-fonte de lugar nenhum, mas com o modo de funcionamento semelhante ao dos sistemas Unix que existem por aí. Em 1991 um formando de Ciência da Computação da Finlândia chamado Linus Torvalds criou a peça que faltava para que um computador tivesse exclusivamente *software* livre: o kernel, a cereja do bolo. Sendo o GNU/Linux um sistema operacional, os outros programas (que é o que interessa aos não-computeiros) funcionam *sob* ele. Nada impede que *softwares* livres rodem sob sistema operacional proprietário e vice versa. O contrário de *software* livre é *software* proprietário.

**Texto original retirado da Cartilha do Software Livre do PSL-BA, com adições.**

## 2 Para entender a importância do ODF

**Durante a idade média, a população era excluída do processo político por não ter acesso aos documentos públicos que o organizavam.** A língua oficial do Estado e da Igreja era o Latim. Com isso, todos os documentos, leis e atos eram

publicados em Latim e somente os letrados podiam ter acesso aos mesmos. À população, analfabeta em sua própria língua, cabia obedecer aos mandos daqueles que dominavam a língua, e portanto, tinham acesso aos documentos e aos processos públicos.

A chegada dos computadores e da Internet anunciou uma nova era na disponibilização de documentos. E, também, pela primeira vez, conteúdo e suporte foram separados. Até a chegada dos computadores, o documento e seu suporte, geralmente papel, eram inseparáveis. Havia um original e cópias produzidas a partir dele. Com a chegada dos documentos eletrônicos, o arquivo passou a ser um repositório contendo o documento propriamente dito. A Internet, por sua vez, tornou possível a distribuição praticamente sem custos dos documentos gerados por órgãos e entidades públicas. Leis, decretos, portarias e diversas outras normas passaram a existir não mais em papel apenas, mas em um mundo virtual onde qualquer um, de qualquer lugar, pode lê-los.

O padrão OpenDocument foi desenvolvido por uma grande variedade de organizações e seu acesso é público. Isso significa que pode ser implementado em qualquer sistema, seja ele de *código-fonte aberto* ou proprietário, sem incidência de qualquer tipo de pagamento. A intenção do formato ODF<sup>2</sup> é prover uma alternativa aos formatos proprietários de documentação, para que organizações e indivíduos não fiquem aprisionados em um único fornecedor.

O ODF é o primeiro padrão para documentos de escritório editáveis que foi aprovado por uma instituição de padronização independente.

Em fins de 2004 ocorreu uma grande tragédia na Ásia, com um tsunami destruindo regiões costeiras e matando centenas de milhares de pessoas. Logo após a tragédia, equipes internacionais de resgate acorreram. Entretanto, sua ação foi prejudicada por um problema tecnológico: muitos dos formatos dos arquivos que precisavam ser trocados entre estas equipes não eram compatíveis entre si e conseqüentemente muito tempo e vidas humanas foram perdidas.

O que aconteceu? Devido ao padrão de fato dos formatos dos arquivos de texto ou planilhas manuseados pelas suítes de escritório ser fechada (proprietária) e haver uma relação direta entre este formato do arquivo e o *software*, tornou-se muito difícil trocar-se arquivos entre softwares diferentes (como entre um Word e um WordPerfect) ou mesmo entre versões antigas e mais novas do mesmo software (como entre um Word XP e um Word 6).

**De forma a acomodar os recursos que cada editor de textos desenvolvia, as empresas criaram não apenas programas mas, principalmente, formatos de arquivos. Formatos fechados que são protegidos por licenças de uso que acabaram com uma das principais características dos documentos como os conhecemos: a liberdade para copiá-los.**

Quando um documento era produzido, fosse através de uma máquina de escrever ou mesmo com caneta e papel, a propriedade do documento era certa. O(A) autor(a) tinha total controle sobre quem poderia ou não obter uma cópia do mesmo. O processo de cópia também era simples: bastava uma autorização do(a) autor(a). No caso de documentos públicos, bastava uma mera requisição. Com a criação de formatos fechados para a gravação de documentos eletrônicos este cenário mudou. Não basta ter autorização ou requisitar a cópia. Quando um documento é armazenado em um formato fechado, é necessário, também, o pagamento de uma licença de uso de um software capaz de abrir o arquivo e exibir o seu conteúdo. Todos(as) nós já passamos pela experiência de receber um documento, geralmente urgente, em um formato que não podíamos abrir por não termos um determinado software instalado. O resultado disso era uma troca de e-mails desnecessária pedindo para que o documento fosse enviado em outro formato. Em alguns casos, esta troca de formato era impossível e, na maioria das vezes, perdia-se formatação ou mesmo parte do conteúdo.

**O pior aconteceu quando documentos públicos passaram a ser distribuídos em formatos eletrônicos fechados.**

Quando um ente público disponibiliza documentos eletrônicos em formatos fechados, está instituindo a criação de um tributo privado. Para o cidadão ter acesso a documentos e informações públicas tornou-se necessária a realização de uma compra de uma ferramenta. Hoje, uma suite de escritório fechada chega a custar mais de R\$ 1500,00.

**Corremos o risco de voltarmos à Idade Média, a um tempo onde somente aqueles(as) com recursos financeiros podem ter acesso aos atos e documentos da vida pública. A diferença é que hoje, ao invés do Latim, temos o MSOffice. Chegamos a um ponto onde concursos públicos passaram a exigir e testar conhecimentos de programas fechados.**

É necessário promover um novo Renascimento. É necessário uma proposta que passe pela criação de um padrão de documento aberto, que não imponha restrições de licenciamento, que não seja necessariamente definido em formato binário (não aprisione o usuário a um determinado software ou plataforma), que suporte as funcionalidades atuais e futuras da tecnologia dos processadores de texto, planilhas e apresentações, bem como seja armazenado de uma forma que não tenha tanta *encheção de lingüiça* (que leva o arquivo a maior tamanho sem necessidade) e seja de ampla aceitação pela indústria

---

<sup>2</sup>Abreviação de "OASIS Open Document Format for Office Applications", é um formato aberto para armazenar e trocar documentos de escritório como textos, planilhas, gráficos e apresentações. Esse padrão foi desenvolvido pelo consórcio OASIS e é baseado no formato XML. O ODF foi aprovado como um padrão OASIS em 1 de maio de 2005 e também foi aprovado e lançado como um padrão ISO/IEC em maio de 2006 (ISO/IEC 26300). O padrão ODF foi desenvolvido por uma grande variedade de organizações e seu acesso é público. Isso significa que pode ser implementado em qualquer sistema, seja ele de código aberto ou proprietário, sem incidência de qualquer tipo de pagamento. A intenção do formato ODF é prover uma alternativa aos formatos proprietários de documentação, para que organizações e indivíduos não fiquem aprisionados em um único fornecedor. O ODF é o primeiro formato de documentos digitais que é uma norma ISO. Fonte: Wikipedia

e pelo mercado. É neste contexto que o **ODF, o OpenDocument Format**, se apresenta.

O Estado não pode distribuir documentos em formatos que exijam o pagamento por licenças de produtos fechados. Como cidadãos, temos que ter acesso a documentos públicos sem nos preocuparmos se temos ou não um programa específico. Temos que ter acesso a documentos públicos de forma irrestrita usando a ferramenta que for mais apropriada para as nossas necessidades.

Com mais de 20 produtos suportando o formato e com mais se juntando à lista a cada dia, o ODF se apresenta como o melhor padrão para o armazenamento e distribuição de documentos eletrônicos. A adoção do ODF como padrão ISO somente reforça a sua relevância. Diversos governos já acordaram para a importância da adoção do ODF como formato de distribuição de documentos públicos. No Brasil, a iniciativa do e-PING mostra que o governo federal, apesar de ainda de forma tímida, não está omisso nesta discussão. Precisamos promover cada vez mais a utilização do ODF nestes tempos de governos eletrônicos e mídias digitais. *Precisamos preservar nossa cidadania.*

*Contribuição de Roberto Salomon da ONG BrOffice.org e Cezar Taurion, Diretor da IBM do Brasil*

Voltando aos exemplos automobilísticos, imaginem que o governo pavimentasse uma rodovia e dissesse: “Só veículo da Honda pode andar nela!”. Quem tem moto Yamaha ou carro da Toyota reclamaria, afinal trata-se de um absurdo (queremos deixar claro que a intenção desta Tese não é falar bem ou mal dos fabricantes de veículos e de hipoclorito de sódio citados, mas apenas usá-los como exemplos corriqueiros). Mas novamente quase ninguém reclama quando exige-se formatos proprietários no envio de arquivos eletrônicos, quando exige-se que se tenha o veículo de determinada empresa para trafegar na *superinfovia* (ironicamente, termo cunhado por Bill Gates).

Imaginemos outra situação: numa hipotética universidade pública todos(as) os(as) alunos(as) têm boa condição financeira. Os pais têm bons carros e eles(as) já ingressam no ensino superior com com sua Carteira de Habilitação em mãos. Estão acostumados a dirigir carros grandes e confortáveis. Dentro da universidade pedem para o(a) aluno(a) pegar um carro compacto (digamos que seja para coletar uns insetos na mata ou uma amostra de água num rio), sem ar-condicionado, direção hidráulica ou outros requintes.

*-Eu não vou dirigir essa porcaria! Só dirijo carro igual ou melhor ao de meu pai/mãe!*

O automóvel caro e confortável é o pacote Microsoft Office. Os(as) alunos(as) estão acostumados(as) a usá-lo em casa e nas empresas onde trabalham, na analogia têm dinheiro para comprar ou roubaram os veículos (pirataria). A universidade pública precisa gastar seus recursos de forma responsável, e não pode “dar um relaxo” desses com a Lei, pirateando. Que os(as) alunos(as) façam o que quiser em casa, mas dentro da universidade pública eles(as) devem aprender a usar software livre, ou seja, acostumar-se com a direção de um veículo mais apertadinho, porém que atende perfeitamente às necessidades da maioria esmagadora da população. É um pequeno esforço, não vai aleijar ninguém acostumar-se ao BrOffice. Não se deve esperar que tudo venha do governo de mão beijada, temos que fazer um pouco também!

Outro percalço sofrido por alunos(as) de graduação e pós-graduação, especialmente na área de Exatas, devido à exigência de envio de artigos científicos em formato do MS Word, é a impossibilidade de usar editores tipográficos que não sejam WYSIWYG (*what you see is what you get*). O pacote Open Office/BrOffice, cujo editor de texto também é WYSIWYG salva seus documentos em formato do MS Word com algumas imperfeições, “quebra um galho”. Mas (tornamos a dizer que fora do meio tecnológico algumas questões importantes são pouco divulgadas) existem editores que não seguem essa linha e que são mais apropriados para textos científicos, longos, com muitas citações, figuras e fórmulas. A proposta esse tipo de editor é fazer o(a) autor(a) concentrar-se na estrutura lógica do texto e não na sua formatação. Comparar esses editores, livres ou não, com os WYSIWYG, equivale a comparar um trator com uma motocicleta.

O editor não-WYSIWYG mais conhecido é o  $\text{\TeX}/\text{\LaTeX}$ , um *software* livre criado nos primórdios do projeto GNU e exaustivamente testado quanto a falhas nos últimos 22 anos. Pode-se saber mais sobre ele em [www.tug.org](http://www.tug.org) e em <http://www.sancalivre.org.br/artigos/artigo1.html>. Apesar de ser muito usado por alunos(as) e profissionais de Engenharia, Matemática e Computação; esse *software* também é útil para a confecção de livros e artigos em outras áreas do conhecimento.

Muitos(as) alunos(as) ficam descontentes com exigências de trabalhos acadêmicos redigidos em editores WYSIWYG quando vêem no  $\text{\TeX}$  uma alternativa muito mais produtiva e fácil de usar. Alguns(mas) chegam ao ponto de recusar-se a enviar artigos para congressos e periódicos científicos se algum editor WYSIWYG, mesmo que livre, for exigido. Não se trata de *frescura* ou questão técnica/pontual de alunos(as) de Exatas. Nós usuários(as) de  $\text{\TeX}/\text{\LaTeX}$  exigimos respeito!

### **3 Wiki da UNE: Uma revolução necessária para o Movimento Estudantil**

Uma das maiores deficiências do movimento estudantil, já a bastante tempo, é a sua comunicação. Em tempos de Internet e de comunicação on-line a todo vapor, o movimento estudantil engatinha, quando o assunto é internet. Diante dessa situação, podemos citar alguns cenários:

1. Falta de um índice atualizado dos sites das entidades estudantis.  
Falta um cadastro de entidades estudantis realmente efetivo e que seja de livre acesso para todos(as). Hoje em dia, se você tem a necessidade de entrar em contato, por exemplo, com diversos CAs de determinado curso, ou gasta horas no Google caçando as entidades, ou fica sem o contato, pois muitas delas não possuem site. Além disso, os próprios DCEs das universidades não conseguem manter uma lista atualizada dos diretores e mesmo dos CAs existentes em sua universidade.
2. Falta atualização na maioria dos sites de entidades.  
A cena é típica: o site do CA ou do DCE é feito pelo “cara/mina da computação”, ou por um diretor que conhece um pouquinho mais sobre *webdesign*. Quando esse cara (ou essa “mina”) falha ou se afasta da gestão, o site morre junto e o que temos hoje é uma coleção de sites de entidades esquecidos e sem nenhuma atualização. Em outros momentos, os sites das entidades tem raras atualizações e por isso não servem de meio de comunicação efetivo com os estudantes, já que quase não tem audiência.
3. A gestão termina. Muda o site e o email do CA.  
Esse é um dos maiores absurdos e que, infelizmente ocorre com grande frequência no ME. Quando uma gestão termina, pouco do que foi feito é aproveitado e geralmente, o primeiro setor a sofrer com essa descontinuidade é a internet. Os CAs mudam de emails a cada ano e, em muitos casos, até de URL do site. Por conta disso, é difícil manter uma lista atualizada de links de entidades. Como exemplos recentes, os DCEs da UNICAMP e da USP trabalham na gestões passada e retrasada com o wiki, em ambas chegaram ao ponto de publicar *on line* todas as teses enviadas para seus respectivos Congressos de Estudantes, para facilitar o trabalho de quem quisesse lê-las sem ter acesso tão fácil ao Caderno de Teses impresso. No caso do DCE-USP chegou-se a diminuir o volume de cadernos impressos, economizando recursos para a entidade . Mudou a gestão, mudou o sistema e em outro caso, até a URL do site.
4. Comunicação por email: coleção de “gmails”, “yahoogrupos” e “hotmails” e ausência de listas institucionais.  
Outro ponto que muda a cada gestão, junto com os emails, são as listas de email. Cada gestão cria a sua (chegando ao cúmulo de não admitir pessoas de oposição, ao invés de dar transparência de seus atos a todos/as/ interessados/as), e o CA não tem nenhuma. Por tabela, é difícil manter uma lista com todos CAs de um mesmo curso, simplesmente por que esses emails sempre mudam. E, a cada ano é necessário acrescentar um novo email, do mesmo CA antes cadastrado. O ideal seria que as entidades estudantis pudessem criar emails eternos, a prova de gestões, se isso fosse possível.
5. Impossibilidade de realizar e tomar decisões em reuniões não presenciais.  
Em tempos de banda larga, *webcams* e telefonia via IP, por que somente o movimento estudantil ainda não passa a utilizar os benefícios das conferências on-line, seja via texto, voz ou vídeo? Falta o acesso a tecnologia e, sobretudo, falta confiança, especialmente nas entidades gerais.

Diante desse cenário, nos sobra duas opções:

–Cruzar os braços e deixar o caos continuar reinando na comunicação do ME; ou

–Desenvolver um sistema que resolva esse e outros problemas.

Não seria de se esperar que outra entidade, senão a UNE e as UEEs, tome a iniciativa de resolver esse problema que afeta todo o ME brasileiro. É nesse contexto que surge o **Wiki da UNE**.

#### **O que seria o Wiki da UNE?**

É um serviço gratuito de hospedagem de *sites*, que poderá ser prestado pela União Nacional dos Estudantes, para todas as entidades estudantis brasileiras. Mais do que isso, trata-se de um servidor que poderá trabalhar utilizando a tecnologia livre Wiki, utilizada pela Wikipédia e que é baseada na construção colaborativa de conteúdo. Aliado a esse serviço, o servidor da UNE vai oferecer um sistema de email e um sistema de gerenciamento de listas de emails para cada entidade.

#### **Como esses problemas podem ser resolvidos pelo Wiki da UNE?**

Com o Wiki da UNE, todas as entidades representadas por ela no País estarão realizando um cadastro on-line no site da UNE e, após esse cadastro, estarão tendo acesso imediato a diversos serviços web. Sendo administrado pela UNE, esse serviço elimina o problema de falha de comunicação entre gestões, já que, em caso de mudança de gestão, a UNE fornecerá uma nova senha para o serviço e os novos diretores darão continuidade ao que já vinha sendo feito. E melhor que isso, o email oficial da entidade continua sendo o mesmo.

#### **Por que o Wiki da UNE pode ser considerado uma revolução no ME?**

Por oferecer um recurso nunca antes imaginado, ou pelo menos, que nunca foi possível. O Wiki vai promover um cadastro voluntário de diretores(as) de entidades de todo o país, para utilizar os recursos do sistema. Com isso, o Wiki estará cada

vez mais atualizado e coletando informações sobre as entidades e as gestões em curso. Em pouco tempo, será possível enviar uma mensagem para todos DCEs do país, para todos os(as) diretores(as) de CAs de um determinado curso, de um Estado ou para a maioria dos(as) alunos(as) de uma universidade. Muito mais do que um servidor, o Wiki da UNE é um cadastro nacional de estudantes e vai servir para potencializar a comunicação da UNE com as entidades estudantis, das entidades com a sua base estudantil e sobre tudo, da UNE com estudantes de todo o país. Tudo isso utilizando o mais básico dos meios de comunicação on-line: o email.

#### **Como o Wiki da UNE vai possibilitar reuniões não-presenciais de entidades?**

Esse recurso entraria na segunda fase de desenvolvimento do sistema. Hoje, além de sistemas de *chat* com autenticação *on-line*, é possível realizar conferências via VoIP (voz sobre IP), ou mesmo utilizando *webcams*. Tudo isso é possível e o custo não é proibitivo para nenhuma entidade. Basta ter vontade e aprender a utilizar o sistema. A ENEC (Executiva Nacional dos Estudantes de Computação) realiza reuniões *on-line* deliberativas a mais de 5 anos. E muitas executivas de curso, que tem diretores(as) espalhados(as) por todo o país ainda hesitam em relação a essa possibilidade.

#### **Por que o Wiki da UNE não foi disponibilizado nesta gestão?**

Porque o movimento UNE Livre ainda não é uma força política expressiva dentro da entidade. Mais do que isso, sua diretoria não tem interesse nesse tipo de ferramenta. Foi apresentado um orçamento de menos de R\$ 7 mil para disponibilizar esse sistema, que foi vetado pela tesouraria da UNE. Temos uma entidade que pode gastar R\$ 25 mil num *banner* que foi para o lixo logo após uma Bienal, mas que não se dispõe a gastar R\$ 7 mil em um serviço que beneficiaria todas as entidades do País representadas por ela. Para tornar o Wiki uma realidade, precisamos de apoio, e o único apoio que a UNE vê é aquele que se dá na forma de votos. **Por isso, estamos disputando mais uma vez a diretoria da UNE como chapa independente, para fazer com que esses e outros projetos tornem-se realidade.**

## **4 TV Digital: um debate muito além dos padrões**

No debate sobre as normas da TV Digital continuam em aberto os padrões que deverão ser seguidos pelo **middleware**, ou seja, o software que vai controlar o *set-up box* e que será responsável pela interatividade da TV Digital. Esses padrões podem ser inclusivos ou exclusivos.

**Se o software for livre, qualquer desenvolvedor(a) ou produtor(a) de qualquer comunidade terá condições de desenvolver aplicações** (e por tabela programas de TV em formato digital), pois com o código aberto, não será necessário utilizar um formato ou um padrão pré-definido pelas grandes emissoras. **Se o software for proprietário e fechado, o controle da TV Digital fica consolidado na mão das grandes emissoras e das empresas de conteúdo, como os grandes estúdios e portais de Internet.** Com o *software* da TV Digital fechado, a manutenção do monopólio das grandes empresas fica muito mais fácil, pois com os softwares de desenvolvimento de interfaces custando valores absurdos, a exclusão das entidades e comunidades menos favorecidas se dá automaticamente.

É nesse contexto que surge o projeto **Ginga Brasil**. Em reconhecimento à cultura, arte e contínua luta por liberdade do povo brasileiro, Ginga foi escolhido como nome do middleware do Sistema Brasileiro de TV Digital. O *middleware* é um software que oferece uma série de facilidades para o desenvolvimento de conteúdo e aplicativos para TV Digital, entre elas a possibilidade desses conteúdos serem exibidos nos mais diferentes sistemas de recepção, independente do fabricante e tipo de receptor (TV, celular, PDAs etc.).

A licença, os fontes e demais recursos necessários serão disponibilizados no portal Software Público, mantido pela Secretária de Logística e TI do Ministério do Planejamento <<http://www.softwarepublico.gov.br>>. O conjunto de eventos iniciar-se-á com o anúncio, no dia 03 de julho de 2007 às 15:45 no Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Computação, da liberação, em código aberto sob licença GNU/GPL, de todo o ambiente declarativo do *middleware* Ginga, que permitirá não só o desenvolvimento de aplicações e conteúdos interativos para TV digital brasileira usando as linguagens NCL e Lua, mas também que programadores possam contribuir com o desenvolvimento e evolução da própria linguagem NCL e do *middleware*.

Não apenas o ambiente declarativo Ginga será disponibilizado em código aberto, mas também a ferramenta “Composer”, que permite o desenvolvimento rápido e fácil de aplicações e conteúdos interativos, de forma gráfica, mesmo por usuários sem qualquer conhecimento prévio de programação. Espera-se também que a comunidade de Software Livre possa melhorar e, principalmente, estender as facilidades dessa ferramenta de autoria. Junto com o lançamento em código aberto do *middleware* e da ferramenta de autoria, uma série de sugestões de possíveis melhoras e extensões será apresentada à comunidade de Software Livre.

## 5 O que transgênicos e Software Livre tem em comum?

Pode parecer estranho, mas a relação entre *softwares* fechados e a produção de alimentos transgênicos é gigantesca. Nunca tinha pensado nela, mas um dia recebi uma das principais revistas de informática e lá estava, logo na primeira página, a relação. Uma senhora, advogada de uma das maiores companhias de fertilizantes do mundo, dizia para o repórter da revista que sua empresa se preparava para combater a “pirataria”; que estava existindo com produtos transgênicos.

Ah! Quer dizer que as empresas de alimentos transgênicos não querem que outras empresas fabriquem alimentos falsificando sua marca, como acontece com tênis, relógios e *griffes*? Não é isso. Para entender a relação, é preciso saber o que são alimentos transgênicos. Transgênicos são organismos modificados geneticamente em laboratórios, ou seja, não existem naturalmente e nunca existiriam sem a intervenção humana. Não são os famosos enxertos ou cruzamentos entre frutas diferentes. Transgênicos são organismos que tiveram seus códigos genéticos modificados. Por exemplo, alguns alimentos transgênicos receberam genes que só poderiam ser encontrados em animais, nunca em vegetais.

(...)

Quem domina os códigos genéticos da semente? Uma única empresa. Desse modo, retira-se dos agricultores o conhecimento sobre as formas naturais de cultivo e concentra-se tal conhecimento em megacompanhias multinacionais. Estamos prestes a viver a era do monopólio do conhecimento sobre os modos de reprodução da vida. Lamentável e muito grave!

Aqui está a relação. As empresas de software proprietário controlam o código-fonte dos seus softwares e apenas permitem que os usuários tenham acesso ao seu código executável, aquele que está na linguagem que somente as máquinas entendem. Do mesmo modo, apenas as empresas de alimentos transgênicos possuem os códigos genéticos de seus alimentos, permitindo que os agricultores tenham acesso somente às sementes. Um dado decisivo é que as sementes transgênicas não conseguem nascer das plantas transgênicas. Estas são estéreis. Isso significa que os(as) agricultores(as) ficarão eternamente na dependência do monopólio de sementes.

A relação entre as empresas que fecham o código-fonte de softwares e que negam o acesso ao código genético de alimentos está no obscuro controle que elas tentam exercer sobre o conhecimento. Qual a finalidade disto? Simplesmente, lucrar com a negação de acesso ao conhecimento. Todavia, o caso dos transgênicos é extremamente grave, pois ele tem impactos decisivos nos ecossistemas. Primeiro, reduz a biodiversidade. Segundo, após matar as plantas que se reproduzem naturalmente, monopoliza a criação de sementes em seus laboratórios. Trata-se de um processo de concentração de riqueza, com base no controle do conhecimento.

(...)

Jeremy Rifkin, no seu livro “A Era do Acesso”, já havia dito que vivemos um momento histórico, em que algumas empresas tentarão manter seus enormes lucros através da negação de acesso ao conhecimento. Exatamente isto que está ocorrendo. Por isso, é importante denunciar e pressionar o governo, que está submetido aos lobbies das megacorporações, para evitar que ele libere mais alimentos, cuja reprodução genética é propriedade de uma empresa.

Sem dúvida, existe uma série de outros argumentos sobre os transgênicos, mas, aqui, apresentamos apenas o que está relacionado à liberdade do conhecimento tecnológico<sup>3</sup>.

Contribuição do Prof. Sérgio Amadeu da Silveira, sociólogo, professor da Cásper Líbero e ex-presidente do Instituto de Tec. da Informação, subordinado à Casa Civil

Da mesma forma que os programas de computador, as seqüências de DNA dos seres vivos contêm as instruções necessárias ao seu funcionamento e construção. Alterá-las equivale a editar programas binários sem ter-se acesso ao código-fonte (atividade conhecida entre profissionais de Computação como *escovação de bits* ou *programação em baixo nível*). O que as empresas criadoras de organismos geneticamente modificados querem é justamente usar essa “programação” para obter lucros abusivos com a produção de seus *softwares* biológicos.

## 6 Educação à Distância: Um debate prioritário que precisa ser encarado de frente e sem preconceito pelo movimento estudantil

Durante os debates relativos ao regimento do 50º CONUNE, uma pergunta difícil foi lançada: alunos(as) de cursos regulares de graduação à distância votam e são votáveis ao CONUNE? Essa pergunta causou calafrios em alguns(mas) militantes e chegamos até ao absurdo de ter coordenadores(as) de forças políticas que participam da UNE defendendo que esses(as) estudantes não devem sequer participar do movimento estudantil, muito menos votar e serem votados(as) para o Congresso da UNE. Com um quadro como esse, chegamos a um fato inquestionável: já passou da hora de o ME definir a sua posição sobre o tema e, além disso, qual vai ser a postura do movimento estudantil em relação a esses(as) estudantes.

<sup>3</sup> Artigo publicado na íntegra da edição 23 da Revista AREde  
<[http://www.aredede.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=883&Itemid=81](http://www.aredede.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=883&Itemid=81)>, de março/2007



## **6.1 O Ensino à Distância (EAD) nas faculdades particulares hoje**

Salvo raras exceções, o EAD vem crescendo muito nas universidades particulares em forma de graduação, pós-graduação, MBA, cursos sequenciais, de extensão e complementares. Ou seja, todos os tipos de curso já possuem versões à distância. O maior problema é que na maioria dos casos, os cursos oferecem pouco suporte aos(as) alunos(as), e qualidade altamente questionável. Mas não mais questionável do que os cursos presenciais nessas mesmas universidades. O MEC é bastante severo com as instituições particulares que desejam credenciar cursos à distância, e isso é bom.

## **6.2 O Ensino à Distância nas Universidades Públicas**

As Públicas tem atirado em duas frentes: em uma, cursos de pós-graduação, muitos deles pagos tem sido oferecidos e em outra, algumas universidades tem sido pioneiras na oferta de graduações à distância. Na região norte esse processo dá-se de maneira bem agressiva, dado as dificuldades de locomoção na Amazônia. A UFAM é a pública brasileira com mais alunos(as) à distância, espalhados por toda Amazônia. Mas esse cenário está mudando com a inserção do projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), do MEC.

## **6.3 O Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB)**

O UAB pode ser encarado como uma das maiores ofertas de ensino não-presencial já ocorridas no mundo, e com iniciativa do governo. Esse projeto coloca as universidades federais em parceria com as prefeituras dos municípios, e com isso, essas IFES passam oferecer algum de seus cursos, em outras cidades e como EAD. O UAB funciona assim: a prefeitura disponibiliza um Pólo Presencial. Esse pólo é uma pequena escola, com sala de aula tradicional, um laboratório, com Internet, multi-mídia e monitores-professores para o suporte aos alunos. As IFES oferecem os cursos. Um Pólo pode abrigar diferentes cursos de diferentes universidades. Uma aula gerada no *campus* de uma IFES, pode ser transmitida ao vivo para Pólos espalhados por todo o País. E os(as) alunos(as) têm acesso aos(as) professores(as) por vídeo-conferência, *chat* ou *e-mail*.

O UAB pretende oferecer mais de 60.000 vagas já em agosto de 2007, com parte das turmas começando em junho deste ano. Do mesmo modo que, no passado, não era de se esperar que o movimento estudantil surgisse e se organizasse dentro das instituições particulares, não é de se esperar que isso ocorra com o ensino à distância, na conjuntura atual. É de se esperar, que o movimento estudantil à distância surja dentro das salas do UAB.

## **6.4 O Movimento Estudantil à Distância (MEAD)**

Em 2007, a projeção do MEC é que existam mais de 200.000 estudantes de cursos à distância e pelo menos metade disso cursando graduações à distância. Ou seja, assim como o PROUNI, que deixou de ficar no plano das idéias e se tornou uma realidade nas universidades brasileiras, a EAD também está se tornando aos poucos. Aqueles(as) que eram críticos(as) mortais ao projeto do governo Lula, hoje maneiram nas críticas, visto que grande parte da sua base pode ser formada por esses(as) estudantes.

Bom, no caso do EAD, como o ME pode ser possível se os(as) estudantes não se encontram e não existe o contato pessoal? Essa é o primeiro mito a ser derrubado. Pelo projeto do UAB, os(as) alunos(as) terão sim aulas presenciais, mas em quantidade pequena, mas ainda sim, eles(as) encontrar-se-ão com frequência pelo menos semanal. Além disso, o Pólo Presencial vai funcionar de modo parecido ao Lab. de Informática do seu curso, que não deixa de ser um ponto de encontro de todas em turmas, em todas universidades. Outro ponto é que o ME tradicional já aprendeu a romper essas barreiras. Táí o movimento das Executivas e Federações de curso, e a própria UNE e UEEs, que não nos deixam mentir. As TICs(Tecnologias da Informação e Comunicação) estão aí tanto para o ensino, como para a militância. Cabe a nós saber utilizar as tecnologias em prol da organização do ME (vide ponto Wiki da UNE).

Por fim, a estrutura do UAB sugere uma organização estudantil um pouco diferente da tradicional. Especialmente pelo fato de se ter cursos de diferentes universidades em um mesmo local. O “*campus*”; do EAD é mais diversificado do que o nosso *campus* atual. É um local onde alunos(as) de diferentes cursos, de diferentes universidades federais se encontram, e a representação estudantil desse “*campus*”; deverá refletir esse cenário. É nesse cenário que o UNELivre sugere a existência do Diretório Acadêmico do Pólo (DAP). O nome é o que menos importa, o importante é a idéia.

## **6.5 Diretório Acadêmico do Pólo: a entidade de base dos(as) estudantes à distância**

Para refletir a realidade dos Pólos Presenciais, a representação estudantil deve também ser organizada em torno dos pólos, e não somente em torno do curso ou da universidade do estudante. O DAP nada mais é do que o DCE ou DA do Pólo Presencial. Que pode contar com “n”; cursos de “x”; universidades diferentes. Será uma representação estudantil localizada,

mas que fará a interface dos(as) estudantes com as coordenações de todos os cursos ali presentes, especialmente com a Prefeitura da cidade, que é a responsável pelo Pólo Presencial. Fica aqui a proposta do Movimento UNELivre: a UNE e as UEEs devem incentivar a criação de DAPs como entidades de base para representação dos(as) estudantes de ensino à distância, especialmente dentro dos cursos do UAB.

## 6.6 O novo papel do Centro Acadêmico

Com o início do UAB, diversos centros acadêmicos das IFES terão de enfrentar grandes mudanças na sua forma de gestão. Explicamos através de um exemplo: o curso de Pedagogia da UFSCar atualmente conta com o ingresso de 40 alunos(as) por ano em um único *campus*. A partir de setembro de 2007 o mesmo curso contará com 5 turmas de 50 alunos(as) em 5 pólos presenciais, e em 2008 terá mais 5 turmas em outros Pólos. Ou seja, o curso de Pedagogia da UFSCar será oferecido em 11 localidades, cuja coordenação ficará anexa à do curso presencial. Ou seja, os cursos dos Pólos podem até se organizar em volta de novos CAs; porém é muito mais interessante que o CA que hoje existe se articule com alunos(as) de EaD e passe a contar com sua participação.

Um último debate, para os próximos Congressos da UNE, é em relação à eleição de delegados(as) dos cursos à distância. A nossa proposta é que seja por Pólo, através do DAP ou de uma comissão de 5 alunos(as) que organizariam as eleições para todas as universidades presentes nesse Pólo. Nesse caso, em um mesmo pólo votam alunos(as) de diferentes universidades, em mesmas chapas. Até por se tratar de um setor que será cada vez mais representativo no movimento estudantil, vemos como uma evolução natural a criação de uma Diretoria de Ensino à Distância na UNE e em todas entidades gerais. Os DCEs precisam rever o seu papel, garantindo a participação de todos(as) os(as) seus(suas) alunos(as) à distância nos processos eleitorais/decisórios e na realização de Congressos de Estudantes, que deve contar com a participação desses(as) pessoas. A posição contrária ao EaD mantida pela maioria das entidades só contribui para afastar os(as) estudantes das mesmas e incentiva a criação de um movimento isolado (já temos as entidades que foram para a Conlute devido a insatisfações com a forma como a UNE conduz suas políticas, uma terceira entidade para representr alunos/as à distância seria o fim da picada). Fica a dúvida: **É isso que nós queremos?**

Uma das bandeiras do movimento estudantil é a defesa e expansão da universidade pública, sonhando com um cenário onde não houvessem mais universidades particulares e ensino mercantilizado. No entanto a UNE conta com a Diretoria de Públicas e a Diretoria de Particulares. Se existe um(a) diretor(a) encarregado(a) de coordenar ações em favor dos(as) alunos(as) das instituições particulares de ensino, deve-se também criar uma pasta para cuidar de assuntos referentes aos(as) alunos(as) do ensino à distância.

## 7 A Reforma Universitária e o livre acesso à informação: um tema esquecido no debate

Todos(as) sabem que existe um projeto de Reforma Universitária tramitando no congresso. Inicialmente parece uma boa iniciativa. Todos achamos que as universidades estão sucateadas e precisam de “reformas” urgentes. Porém, o que pouca gente sabe é o que essa reforma realmente propõe. Essa reforma não é uma reforma meramente física. O atual PL 7200/06, que outrora caminhava em regime de urgência na câmara à sombra das eleições, toca em assuntos primordiais da atuação das universidades, e especialmente do ponto de vista pedagógico.

Além de ter pontos que consideramos bons, como a regulação do ensino a distância, e outros ruins, como o orçamento que continua obscuro, a Reforma é omissa quanto a questão da liberdade do conhecimento. Uma verdadeira Reforma Universitária deveria instituir o uso de Software Livre em todas Universidades Públicas. Assim, elas estariam não só economizando milhões em licenças, como reverteriam parte dessa verba em desenvolvimento local (nesse caso os reais não virariam dólares que migram pro exterior) e o principal, estariam defendendo a liberdade de uso e acesso ao que realmente está sendo utilizado em suas máquinas, criando um melhor ambiente de aprendizado nas salas de aula e maior segurança na área administrativa.

Ainda sobre a liberdade do conhecimento, uma Reforma Universitária justa deveria pregar que toda a produção acadêmica de nossas Universidades Públicas estivesse sob uma licença livre, como por exemplo a Creative Commons: Atribuição-Compatilhamento pela mesma licença, ou mesmo alguma licença que permita o uso livre apenas em território nacional. É um absurdo que produções feitas com financiamento público (dinheiro do povo que paga salários, bolsas, laboratórios, etc..), sejam registradas com *copyrights* e patentes, garantindo apenas a seus(uas) “autores(as)” a exploração delas. O povo brasileiro também é autor! Ele deve ter direito ao acesso livre as produções acadêmicas!

Somos sim a favor de “Uma Reforma Universitária”, mas a proposta atual precisa melhorar bastante. Queremos uma reforma que garanta a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica, para Todos e Todas, com uso e desenvolvimento

de Software Livre.

## 8 Inclusão Digital na UNE: as práticas e as gafes da entidade

Assim como a incorporação do “todos e todas” no ME pelo movimento de mulheres, e o desuso de expressões como “aquele neguinho”, também temos diversas práticas, atitudes e linguagens que aos poucos vem se incorporando no dia-a-dia dos(as) estudantes. Porém, nestes últimos dois anos, a diretoria da UNE vem cometendo algumas gafes que são difíceis de engolir... Mas também tivemos alguns avanços:

1. Site da UNE: por mais resoluções de Congresso e Coneb e por mais pressão que nós temos feito; não, o site da UNE ainda não está totalmente em software livre. Aquele que é a principal vitrine da UNE para a sociedade ainda funciona sob ferramentas proprietárias e extremamente limitadas. O avanço ficou ponto conta da licença. O site da UNE agora é todo Creative Commons, com o seu conteúdo totalmente livre. Outro problema é que as pautas de inclusão digital definitivamente não tem espaço de destaque nesse portal.
2. Gafe.doc: se a UNE defende o Software Livre, é de se esperar que todos os seus documentos públicos também sejam distribuídos em formatos livres. É de se esperar. Infelizmente, diretores da UNE continuam enviando textos, atas, etc em arquivos.doc. O .doc é um formato proprietário do MS Office e que obriga o usuário a ter o MSOffice instalado na máquina. Com isso, a UNE acaba por incentivar a pirataria. O ideal é utilizar formatos livres como o PDF, que todos conseguem abrir e que é fácil de ser gerado. Ou mesmo o formato ODF que é totalmente livre. Basta ter vontade política e atitude. Infelizmente os “não nerds” ainda não compreendem a importância disso, mas estamos aí justamente para reverter essa situação.
3. Sistema de Emissão de Carteiras: A pior de todas as gafes da UNE acontece com o sistema de emissão de carteiras 2007 (independentemente de alguém ser contra ou a favor da carteira em si). A UNE disponibiliza para as ODs (Organizações Discentes) um sistema que roda em MS Access. Ou seja, para emitir uma carteira, a OD é obrigada a usar Windows e ter o MS Office. Ou seja, para trabalhar legalmente, a OD teoricamente precisaria gastar mais de R\$ 2000 com software (dá para comprar uma Belina 2!). Desse modo, a UNE ao invés de defender o Software Livre, incentiva a pirataria e desrespeita diretamente uma resolução congressual.

No Coneb/2006, a Diretoria de Inclusão Digital da UNE realizou debates e apresentações sobre Software Livre. Tentou-se abordar a questão entrando o mínimo possível em detalhes técnicos, pois o objetivo era justamente divulgar e expandir esse assunto para estudantes de todas as áreas do conhecimento. Infelizmente a maioria dos/as alunos/as que apareciam eram de engenharia ou ciência da computação, sendo que as apresentações foram elaboradas para todo o restante, exceto eles.

*”E os escribas e fariseus, vendo-o comer com os publicanos e pecadores, disseram aos seus discípulos: Por que come e bebe ele com os publicanos e pecadores? E Jesus, tendo ouvido isso, disse-lhes: Os santos não necessitam de médico, mas sim os que estão doentes; eu não vim chamar os justos, mas sim os pecadores.”(Marcos 2, 16-17)*

Quem estuda Engenharia ou Computação já discute o Software Livre, já conhece a questão. O resto da sociedade que precisa conhecê-la melhor. Até apareceram alguns alunos de Ciências Sociais e de Biologia, mas saíram correndo quando viram a palavra *software* escrita na lousa. “Isso não é comigo”, devem ter imaginado.

Convidamos a todos(as) participantes de movimentos em geral para conhecer mais esta luta, que essa questão também pode ser vista como um movimento social, que não vai resolver todos os problemas do mundo mas é uma pequena parte do que deve ser feito. Quem participa de outros movimentos (GLBTT, ambientalista, educacional, passe livre, reforma agrária, feminista, étnico, anarquista) pode e deve conhecer o *software* livre e buscar implantá-lo em suas bases.

## 9 UEEs em defesa do Meio-Passe Livre

Saindo um pouco fora da esfera tecnológica, o Movimento UNELivre vem defendendo uma proposta dentro das UEEs que vem para solucionar um problema sério dos estudantes que fazem faculdade fora de sua cidade natal: o **passe intermunicipal rodoviário**. Diante disso, escrevemos um projeto de lei que regulamenta dentro do estado os seguintes pontos:

1. Meia-passage livre para qualquer estudante em qualquer trajeto rodoviário dentro do estado, mediante apresentação de identificação estudantil válida diretamente no guichê da empresa de ônibus e sem necessidade de cadastro prévio na empresa de ônibus;

2. Venda de meia-passagem nos 365 dias do ano, sem restrição ao período de férias, afinal o(a) aluno(a) não precisa freqüentar a universidade apenas no período letivo. Muita gente participa de iniciações científicas, fica de recuperação ou precisa estar na instituição de ensino superior durante as férias por outro motivo qualquer.
3. Cálculo do valor de 50% da passagem em relação ao valor total cobrado. Em SP, o valor do passe desconta pedágios e taxas de embarque. Com isso, o valor do passe sai por cerca de 60% do valor total;
4. Direito a meia-passagem em todas empresas de ônibus urbanos das regiões metropolitanas. É o caso de estudantes que moram em um município, estudam em município vizinho e o ônibus do município que ele mora não dá direito ao passe, somente o município da faculdade.

## 10 Resumo das propostas do UNELivre

- Campanha pelo direito a utilização de Software Livre em todos cursos universitários;
- Defesa do Open Document (ODF) como formato padrão para trabalhos acadêmicos e de comunicação nas entidades estudantis;
- Defesa do Creative Commons como licença padrão para disponibilização de trabalhos acadêmicos;
- Contra a exigência de editores WYSIWYG, mesmo que livres, para a confecção de artigos científicos e trabalhos acadêmicos;
- Utilização do Wiki e de *chat* (com autenticação se necessário) na organização do movimento estudantil;
- Implementação imediata do TWIKI DA UNE;
- Exigir do Governo que na regulamentação da TV Digital conste a exigência de que o software utilizado nos setup-boxes seja totalmente livre;
- Apoio ao projeto Ginga Brasil. Que todo o *software* usado na TV digital brasileira seja livre!
- Criação da Diretoria de Ensino à Distância na UNE;
- Que a UNE defenda uma Regulamentação imediata do Ensino à Distância no país;
- Que a UNE e as UEEs incentivem a criação dos Diretório Acadêmico do Pólo (DAPs) como entidades representativas dos estudantes dos Pólos Presenciais no Ensino à Distância;
- Que a UNE e as UEEs reconheçam os DAPs como entidades gerais de representação de estudantes de diferentes cursos, de diferentes universidades, situados em um mesmo Pólo Presencial de Ensino à Distância;
- Que nas próximas eleições de delegados(as) para o Congresso da UNE, um Pólo Presencial multi-universitário seja considerado como um *campus*, podendo realizar uma única eleição, com as mesmas chapas, para diferentes cursos de diferentes universidades;
- Migração total do site da UNE para Software Livre;
- Disponibilização de documentos exclusivamente em formatos abertos no site da UNE;
- Disponibilização de um Sistema de Emissão de Carteiras da UNE em Software Livre. Retirada imediata do sistema atual que exige a compra de softwares proprietários ou pirataria para funcionar.; e
- Meia-passagem livre para qualquer estudante em qualquer trajeto rodoviário dentro de um Estado, mediante apresentação de identificação estudantil válida diretamente no guichê da empresa de ônibus e sem necessidade de cadastro prévio na empresa de ônibus.

## 11 Assinam esta Tese:

Nome/apelido	Curso	IES	Cidade
Abrahão R. Hackme	Jornalismo	Unilago	São José do Rio Preto-SP
Adorilson Araújo	C. Computação	UFRN	Natal/RN
Alberto Andrade	C.Computação	PUC-PR	Curitiba/PR
Alissa Gottfried	Filosofia	UFRGS	Porto Alegre/RS
Andriano Antune	Eng. Software	UEL	Londrina/PR
Bruna Gribeler	Sist. Digitais	UERGS	Guaíba/RS
Cassio Cons	C.Computação	UFRGS	Porto Alegre/RS
Daniervelin Renata	Letras	UFMG	Belo Horizonte/MG
Eder Ruiz	C.Computação	UNIOESTE	Foz do Iguaçu/PR
Eduardo Barbosa	Tecnologia	FSJ	Itaperuna/RJ
Fabiane Nunes	Informática	URCAMP	Bagé/RS
Fabricio de Sousa	C.Computação	IME-USP	São Paulo-SP
Felipe Sanches (Juca)	Eng. Elétrica	Poli-USP	São Paulo/SP
Francisco José Alves (Zeppelin)	Mestrado Eng. Mecânica	EESC-USP	São Carlos/SP
Gabriela F. da Silva	Geoprocessamento	UNESP	Ourinhos/SP
Gabriela Nandy	Jornalismo	UNISINOS	Porto Alegre/RS
Gean Carlo	Sist. Informação	UNOESC	Joaçaba/SC
Guilherme do N. Rodrigues	Geografia	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
Helene Hoy	Comunic. Digital	UNISINOS	São Leopoldo/RS
Heloísa P. Calazans	Medicina	UFRJ	Rio de Janeiro-RJ
Henrique Andrade	Educação Física	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
Leandro Frenham Chemalle (DJ)	Bach. C&T	UFABC	Santo André/SP
Leonardo Fedalto	C. Computação	UFPR	Curitiba/PR
Paloma Costa	C.Computação	UNICASALLE	Porto Alegre/RS
Petrus Alexandre Pavoni Gomes	Computação	USP-ICMC	São Carlos-SP
Robert de Oliveira	An.Sistemas	FATEC-SP	Ourinhos/SP
Rodolfo L. Castanheira	C. da Computação	IME-USP	São Paulo-SP
Rodrigo Almeida	Sist.Informação	EACH-USP(Leste)	São Paulo/SP
Tertuliano Soares e Silva	Pedagogia	UERJ	Rio de Janeiro/RJ
Thiago Ayub	Biologia	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
Wesley Castelluber	Eng. Computação	FURG	Rio Grande/RS